

ENTRE A ROÇA E A CIDADE: VIVÊNCIAS DE MIGRANTES EM ITABUNA-BA

PRISCILA SANTOS DA GLÓRIA¹

Este texto pretende discutir vivências de migrantes na cidade de Itabuna, localizada no sul da Bahia. Trabalhadores rurais que buscaram nesta cidade melhores condições de vida, provenientes de diversas zonas rurais do sul e do sudoeste da Bahia. Estes migrantes se estabeleceram em bairros populares, recém-formados, antes propriedades rurais e/ou improdutivas, e nestes espaços constituíram suas vivências cidadinas, utilizando suas reminiscências rurais e criatividade “inventaram” táticas (CERTEAU, 2009: 87) de sobrevivência.

As distintas trajetórias dos migrantes, que chegaram a cidade de Itabuna a partir da década de 1960, se enlaçaram nos diversos bairros populares². Os caminhos percorridos por estes trabalhadores rurais delinearão o nascimento de alguns destes novos espaços da cidade. Em especial, tratarei dos bairros Pedro Jerônimo e Maria Pinheiro, já que os trabalhadores, sujeitos desta pesquisa, escolheram os mesmos para comporem suas vidas na cidade de Itabuna.

Ambos os bairros circunvizinhos constituíam parte da zona rural do município. O Pedro Jerônimo nasceu da iniciativa privada de cacauicultores, ou melhor, como o próprio nome do bairro invoca, do Pedro Jerônimo. Este começou a lotear algumas das suas propriedades cacauicultoras, em meados da década de 1970, sob o sistema de aforamento. Como nos narra abaixo seu Raimundo, através das suas primeiras impressões do bairro:

Aqui era tudo rodado de cacau, aí pra baixo mesmo era tudo cacau, era tudo fazenda de Pedro Jerônimo. Ele foi cortando os cacau e arrendando (...) Foi antes de aparecer a doença que matou o cacau, porque o bairro São Caetano foi crescendo, o pessoal foi chegando e foi arrendando o terreno (...) (SANTOS, 2009)

¹ Mestre em História Regional e Local (UNEB). Pesquisa amparada pela CAPES.

² Denominarei os bairros em questão de populares, evitando assim as “metáforas (espaciais) de 'centralidade' e 'periferia'” apesar de compreender que elas expõem relações de poder, acredito que elas também contribuam com a ideia de segregação espacial e social. In: (BARROS, 2007: 19)

Quando seu Raimundo trocou a vida na roça dos pais no Japú, distrito de Ilhéus, pela vida na cidade de Itabuna, ele morou por um tempo na casa em que os mesmos mantinham no bairro da Conceição. Porém, a convivência da sua esposa com a mãe dele não deu muito certo. Então, ele percebeu que era o momento de ter um lugar para abrigar a família. Logo ele foi morar de aluguel na Mangabinha, mas quando teve a oportunidade de ter uma “casa” própria, ele não pensou duas vezes e arrendou um dos terrenos que estavam sendo loteados por Pedro Jerônimo.

Neste local primeiramente fez um barraco, naquele momento suas possibilidades só permitiram a construção de um barraco para alojar a família. Também o sonho de ser mecânico e ter sua própria oficina teve que esperar tempos mais prósperos. Como ele mesmo afirma: “Quando cheguei aqui fui trabalhar pros outro, porque não sabia de nada, só entendia de roça” (SANTOS, 2009). Muitos dos migrantes ao chegarem neste espaço recém ocupado, permaneceram em atividades rurais. Alguns porque gostavam, outros devido às necessidades e por não conhecerem outro tipo de trabalho, como seu Raimundo.

O entrevistado narra na primeira citação, que Pedro Jerônimo foi se desfazendo da propriedade cacauicultora e arrendando as terras. Este arrendamento foi estabelecido sob o sistema de aforamento. Sendo que os moradores têm a posse dos lotes, mas não a propriedade, e ainda pagam foros anuais. Com isso, percebemos que a cidade vai se expandindo para, além então, a zona rural do município.

Erivaldo Neves lembra que o aforamento surge “num sistema jurídico de origem medieval, que separa a propriedade da posse, de modo, a manter a primeira e comercializar a segunda, numa transição pré-capitalista”. Na contemporaneidade brasileira este sistema vai contribuir com a formação de espaço urbano carregado de concentração de renda e desigualdade social (NEVES, 2009: 253).

Eduardo Santos (2008: 7) ressalta as transformações do meio rural de Itabuna a partir da década de 1960, às quais foram causadas pelo nascimento de bairros populares em locais que antes eram fazendas cacauicultoras. Santos analisou principalmente fazendas que foram loteadas, no sistema de aforamento, em especial que compuseram o bairro São Pedro, espaço pesquisado pelo mesmo.

Na visão de Santos, este tipo de loteamento é um mecanismo utilizado no meio rural, sendo incomum na zona urbana. Assim, ele defende que não há uma separação

concreta entre o campo e a cidade em Itabuna (2008: 7). Bairros como o São Pedro, Zizo, Pedro Jerônimo, são exemplos deste aforamento de propriedades cacauicultoras (2008: 4) e também vizinhos ao Maria Pinheiro.

Mas, por que Pedro Jerônimo desfez a sua propriedade cacauicultora e investiu no sistema de foro? Seu Raimundo nos revela em parte este questionamento, quando afirma que a divisão da fazenda em lotes foi anterior à vassoura-de-bruxa, então a doença que afetou os cacauais do sul da Bahia no final da década de 1980 não foi a razão. Para ele o que causou o aforamento foi a expansão urbana, pois o bairro “São Caetano foi crescendo”. Esta localidade é vizinha aos bairros populares em questão. Apesar de não estar próximo ao centro da cidade, este local se desenvolveu muito ao longo dos anos, talvez se tornando um novo centro na cidade de Itabuna. Hoje ele aloca a Prefeitura Municipal, um estádio, uma vila olímpica, e muitas lojas comerciais.

Seu Raimundo, considerando a sua perspectiva de morador, observou este crescimento e desenvolvimento do São Caetano. Através do seu olhar, percebeu que este crescimento foi atingindo áreas até então consideradas rurais e não habitadas. Santos comunga da mesma opinião de seu Raimundo, não acredita que o abandono das áreas cultivadas estivessem relacionadas apenas com as crises do cacau. Mas, também com o crescente processo de urbanização da cidade e chegada de migrantes, principalmente, os trabalhadores rurais, e o sonho destes da casa própria, como uma forte razão para o aforamento (SANTOS, 2008: 4).

As propriedades rurais que se transformaram em bairros eram de médio porte. E muitos dos donos contraíram dívidas, em formas de hipotecas bancárias e de terceiros. O que também se revela como causa dos aforamentos, ainda na perspectiva de Santos (2008: 4). Não basta apenas pensar nos interesses das pessoas que chegavam e buscavam uma moradia, mas também daqueles que, de alguma forma, “lucram” com os loteamentos de áreas rurais e afastadas do centro da cidade (PESAVENTO, 1994: 98). Seria apenas o pagamento de dívidas e/ou Pedro Jerônimo também “lucrou” com os loteamentos?

As dívidas e/ou o lucro também podem explicar a origem do Maria Pinheiro. Este não foi produto do sistema de aforamento, ele teve uma dinâmica de formação um pouco distinta. Se formou por uma ação do poder público, a desapropriação de uma propriedade rural, esta pertencia à Firma Pedro Jerônimo Imobiliária Agricultura,

Comércio e Pecuária, e foi desapropriada pelo poder público municipal³, em março de 1980.

As terras em questão não se configuravam em fazendas cacauicultoras, em sua maioria não eram cultivadas. O que pode ter ocasionado a desapropriação, sendo áreas improdutivas⁴. Ou, talvez o dono das terras, por sinal o próprio Pedro Jerônimo, estivesse endividado, e assim o poder público desapropriou como quitação de dívidas públicas. Mas, é válido ressaltar que a propriedade não foi desapropriada por completo, ainda hoje existe uma parte da Fazenda Gaúcha, esta é vizinha ao bairro Maria Pinheiro. Talvez apenas parte da fazenda tenha quitado as dívidas do proprietário.

Após a desapropriação, o prefeito na época, Fernando Gomes repartiu as terras em terrenos e os distribuiu à população carente, que habitava a cidade. Entre esta população se encontravam os trabalhadores rurais recém-chegados a Itabuna em 1981 e 1982 e os desabrigados de algumas enchentes do rio Cachoeira. Será que a desapropriação foi realizada em defesa dos “interesses sociais” para abrigar migrantes, e pessoas que perderam suas casas nas enchentes? Talvez fosse um lugar “ideal” para alojar pessoas que “incomodavam” o poder público. Ou, também, para executar manobras políticas, sendo o poder municipal visto como “benfeitor”. Nenhum leitor se perguntou por que o bairro não se chamou Fernando Gomes e sim Maria Pinheiro? Já que existia o Pedro Jerônimo, o “benfeitor” em questão, e também o Daniel Gomes, irmão do prefeito, no contexto.

O bairro recebeu este nome devido à estratégia política e/ou homenagem feita pelo prefeito Fernando Gomes, em seu primeiro mandato, à cirurgiã-dentista, Maria Pinheiro (LIMA, 2002: 39). Natural de Irará, na Bahia, Maria Pinheiro migrou para Itabuna, na década de 1950, onde tornou-se uma personalidade importante e onde também construiu uma imagem pública atrelada a um trabalho tido como solidário. Segundo Rita Lima (2002: 36), ela atendia gratuitamente em um determinado dia da semana e distribuía cestas básicas em bairros periféricos. No bairro Maria Pinheiro, costumava distribuir presentes em datas festivas como no dia das crianças e no Natal.

Na década de 1970, se candidatou à vereadora pelo partido do MDB, mas não

³ Decreto nº3.292 do *Jornal Oficial do Município de Itabuna* de 10 de março de 1980. APMI.

⁴ Lembrando do Estatuto da Terra de 1964, legislação que coloca a reforma agrária em evidência. O Estatuto regulamenta a desapropriação de propriedades rurais pelo poder público com o intuito do interesse social. In: (STEDILE, 2005: 127).

conseguiu se eleger naquele pleito e não mais se tornou candidata, talvez por se sentir traída pelos eleitores, como fala uma amiga próxima de Maria Pinheiro, Rita Curvelo: “(...) eu pensava assim, que se ela fazia tantas caridades, não precisaria nem subir no palanque para fazer política, e eu me enganei (...) e ela também; resultado, ela não se elegeu e ficou chateada, chamando a todos de ingratos(...)” (LIMA, 2002: 40). Ainda segundo Lima (2002: 39), Fernando Gomes, era amigo da cirurgiã-dentista, e ao que tudo indica este vínculo, além da atuação política dela, favoreceu a homenagem e/ou estratégia política citada acima.

Mas, retomemos às narrativas dos migrantes, pois se o poder público impunha uma “ordem espacial”, os moradores por sua vez, através das vivências, constituíram outros “elementos espaciais” (CERTEAU, 2009:164-165). Muitos moradores receberam lotes de terreno gratuitos no início da década de 1980, outros, no entanto quando chegaram ao bairro já encontraram os espaços ocupados. Como o casal dona Dora e seu Delfino, que não receberam o terreno gratuitamente, compraram um “barraco” no alto de um barranco. Não se recordam da data em específico, para eles era a substituição do “tempo da roça” pelo “tempo da cidade”:

Adelfino: Olha quando eu cheguei aqui só encontrei seu Gileno, Udinho, Zezito. Aqui era tudo taboa. Eu cansei de cortar taboa para ela fazer esteira. E matei muita preá aqui!

Teodora: Aí na frente, onde mora minha menina hoje, era um brejo de taboa, tinha até sanguessuga, pra entrar tinha que calçar umas bota, pra poder tirar taboa. Sofri muito quando cheguei, agente não conhecia ninguém, se virava como podia. Mas, foi o lugar melhor que eu encontrei para viver (...) Delfino comprou esse barraquinho lá em cima. Porque aqui foi ele que construiu. (VIEIRA; PINTO, 2010)

Seu Delfino ao narrar suas impressões sobre aquele espaço recém-ocupado recorda os poucos vizinhos que habitavam a parte conhecida hoje como Baixa Fria, espécie de fronteira entre o Pedro Jerônimo e o Maria Pinheiro, como a denominação diz, é a parte mais baixa do bairro. Onde ele comprou um barraco e constituiu suas vivências. Dona Dora lembra do sofrimento dos primeiros dias, como ainda não eram aposentados, foram em busca de um meio para sobreviver.

No início tiravam taboa do brejo, em frente ao barraco onde moravam. Uma espécie de planta aquática, proveniente de mangues, brejos e várzeas, aproveitada por algumas comunidades ribeirinhas para o artesanato, confecção de chapéus, bijuterias, bolsas e esteiras (FILHO, 2009). Desta planta, dona Dora produzia esteiras que serviam

tanto para o consumo da família, onde descansavam o corpo, já que os móveis nesta época eram escassos no “barraco”; como também foram fontes de renda, vendiam nos arredores e na feira do São Caetano. Nesta labuta, foram conhecendo vizinhos e criando outras oportunidades de sobrevivência.

O casal, apesar de ter uma filha que já morava no bairro, não tinha estado em Itabuna antes da migração da família por completo. Só conhecia a filha e o esposo dela, não tinham muitos vizinhos, não conheciam a cidade, não sabiam trabalhar em algo que não estivesse ligado à vida rural, que levavam em São José do Colônia. Aspectos que certamente influenciaram a narrativa transcrita acima, pois ela afirmou “sofri muito quando cheguei”. Imagine ter que entrar em um brejo, enfrentar sanguessugas para retirar o sustento da família, não devia ser fácil para uma senhora de meia idade.

O filho do casal, seu José, também fala das dificuldades da chegada, do início do “tempo da cidade”, no qual, “a situação tava tão feia, sem ter dinheiro, sem ter conhecimento, nós passamos dificuldade aqui” (VIEIRA, 2010). O conhecimento é algo evidenciado nas duas narrativas, da mãe e do filho, a falta da vizinhança do local de origem foi algo sentido pela família. Os vizinhos talvez suprissem algumas necessidades básicas com laços de solidariedade em épocas difíceis.

A vizinhança também podia indicar um trabalho, uma colheita de cacau, uma roçagem, ou podamento. Nas feiras livres também eram os conhecidos que compravam as hortaliças e verduras vendidas pela família, ou os mingaus e beijos cozinhados por dona Dora. Chegar em um local desconhecido, recém-ocupado, com tantas carências infraestruturais, e ainda enfrentar as próprias carências da família, de dinheiro, alimentação e conhecimento foi algo ultrapassado e rememorado pelos sujeitos da ação.

Seu Delfino enfatiza que matou muito preá nas proximidades da sua casa, animal que também contribuía com a sobrevivência da família ante as dificuldades, servindo de alimento, quando este era escasso. Os meios encontrados pelo casal para sobreviver nos primeiros dias no bairro Maria Pinheiro evidenciam reminiscências rurais. A família certamente utilizou seus conhecimentos para a confecção de esteiras, no caso de dona Dora, lembrando que havia um rio que cortava a localidade em que viviam e isso ajudava para o feitiço das esteiras. Talvez dona Dora já produzisse suas esteiras com taboa na zona rural, e também seu Delfino tenha caçado muito preá na juventude, na roça de seu pai.

Depois que conheceram as redondezas, foram trabalhar naquilo que sabiam fazer de melhor. Seu Delfino foi roçar e colher cacau nas fazendas próximas ao bairro, através das diárias que ganhava, ele e os filhos, pois estes acompanhavam o pai, pode sustentar em parte a família, digo em parte, pois o pagamento irrisório não deu para a manutenção do casal e dos quatro filhos. Então, dona Dora também “arrumou” uma forma de contribuir com as despesas da casa, como a mesma narra:

Eu dei pra vender acarajé, botei uma barraquinha e vendia na feira do Paty, do São Caetano. Lá mesmo eu comprava um pratinho de peixe que tinha uns menino que vendia. No outro dia comprava um taco de farinha, e fui vivendo assim (PINTO, 2010).

Dona Dora sempre ajudou a família, trabalhando na casa de farinha na roça e vendendo seus derivados, produzidos pela mesma, nas feiras de Itororó. Também em Itabuna não pode ver, de braços cruzados, o esposo e os filhos se degradarem nas roças de cacau. Então começou a fazer acarajé e vender nas proximidades, montando sua barraquinha nas feiras livres. Mais uma vez utilizou os seus dotes culinários para aumentar a renda familiar.

Na feira, ela vendia o produto do seu trabalho, o acarajé, ganhava um trocado e comprava alimentos, um dia um peixe, outro dia a farinha, para melhorar as refeições familiares. O que antes poderia ser conquistado com facilidade na roça, a alimentação, se tornou precária na cidade. Tudo dependia do dinheiro, assim uma frase dita com entonação por seu Delfino expressa as dificuldades vivenciadas pela família: “Tive que trabalhar pra não morrer de fome” (VIEIRA, 2010).

O trabalho alcançado no novo espaço foi de muita valia para a família, não se configurou como um trabalho urbano, pois continuaram desempenhando funções rurais. Mas, foi originário do “conhecimento”, como afirma seu José: “Aí depois que nós foi tendo conhecimento com o povo, começamos arrumar trabalho nas fazendas dos outros” (VIEIRA, 2010). O trabalho “pra não morrer de fome” foi necessário à sobrevivência, mas o “conhecimento” foi além da sobrevivência, trouxe novamente os laços de solidariedade. Não mais aqueles constituídos na roça, mas de igual importância para a adaptação da família em Itabuna.

Na última narrativa citada acima, dona Dora não fala com a tristeza da primeira, na qual conta que enfrentava o brejo, sanguessugas para pegar taboa e sobreviver. Quando diz “fui vivendo assim”, a entonação se modifica, a voz se torna

altiva, vivaz, emitindo uma espécie de orgulho em poder ajudar a família, de ter saído de casa e retornado com o alimento para o esposo e os filhos. Enquanto a aposentadoria de seu Delfino não se tornava realidade, e as diárias ganhas por ele e pelos filhos não abarcava a sobrevivência da família, dona Dora foi conquistando o alimento através do seu aprendizado tanto na cozinha de sua mãe, depois de sua sogra, e também com a lembrança da sua sagacidade nas feiras de Itororó.

Dona Marinalva também fala sobre a dificuldade da alimentação, nos primeiros dias vivenciados por ela, no Maria Pinheiro. Até então praticamente inabitado, já que a distribuição dos terrenos só aconteceu um tempo depois da sua chegada. Assim, ela recorda:

Não tinha nada aqui, só o trator. Jogavam lixo aí, verdura, galinha. No dia que eles vinha jogar falavam pra agente: – Oh vai ter muita coisa boa! Eles avisavam, porque eu era mais esperta e eles me conheciam. Quando chegava era tanta coisa, era galinha boa, doce, era muita galinha, aí eles jogavam lá perto da cancela (...) vinha do Hiper, do Itão, aí eles me avisavam. Agente aproveitava era tudo novinho. Porque não era como na roça, lá tudo era mais fácil. Hoje em dia eu tenho muita coisa aí no fundo, tenho uma cisterna grande, tinha uma horta, mas eu acabei, que eu crio muita galinha e elas comem tudo [risos] (SANTOS, 2010).

No “tempo da cidade” a alimentação se apresenta escassa, e assim os migrantes criaram estratégias para sobreviverem. Dona Marinalva relata que alimentava sua família por muitas vezes através de “restos” dos supermercados Itão e Hiper Messias. Mas, se no primeiro momento eu pensei que seria um relato carregado de tristeza, me enganei. O que ela enfatizou foi o seu “conhecimento” e esperteza, em estar atenta para garantir os mantimentos que seriam jogados no lixo.

Percebemos a mesma altivez na voz, tanto de dona Dora, quanto de dona Marinalva para transmitirem o orgulho que sentem em poder, em diversos momentos de suas trajetórias, contribuir e muitas vezes manter as despesas da casa. Assim, dona Marinalva fez questão de enfatizar que ela “era mais esperta”, ela era atenta, aguardava, “conhecia” as pessoas que depositavam os “restos”. Acima disso, ela estava além dos outros moradores, esse destaque nos faz pensar neste sentimento de orgulho que estas mulheres sentiam. E também de como construíram “táticas” com improviso e “criatividade” para “manipular” e “alterar” as condições miseráveis a que foram impostas⁵.

⁵ Certeau ressalta que “as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar”. In: (CERTEAU, 2009: 87).

Novamente o “conhecimento” aparece como um elemento importante nas narrativas dos migrantes. Seu Raimundo falou da ausência de um “conhecimento” em trabalhar em algo que não estivesse ligado à roça. A família de seu Delfino nos fala de um “conhecimento” semelhante de pessoas importantes na adaptação dos mesmos na cidade de Itabuna. Pessoas conhecidas, amigas, vizinhas que de alguma forma contribuíram para a sobrevivência da família.

No fragmento acima, dona Marinalva fala também da importância do “conhecimento” que havia entre a mesma e os trabalhadores que descarregavam os “restos” dos supermercados citados. Conhecidos que avisavam o dia dos descarregamentos e ela “esperta” se prontificava e recolhia o que serviria para alimentar sua família. Segundo dona Marinalva, os “restos” eram “muita coisa boa”, ela destaca as galinhas, eram novinhas e muito úteis para sua família.

Dona Marinalva estava acostumada a se alimentar de carne branca, na roça havia “fartura” de peixe e galinha. A vida na cidade não oportunizara a mesma “fartura” da roça, como ela mesma narra no fim do fragmento citado acima, “lá tudo era mais fácil”. Então, ela se “arranjava” como podia, não dava para renegar os “restos” dos supermercados, que para ela não eram “restos”, mas alimentos bons, necessários às refeições.

Funcionaria também neste contexto na fazenda improdutiva um “lixão”? Ou os funcionários dos supermercados eram vizinhos daquela localidade e conheciam de perto as dificuldades enfrentadas por dona Marinalva e outros poucos que habitavam o local? Não saberei responder a tais questionamentos, mas entendo que havia uma proximidade ou “conhecimento” entre a migrante e aqueles empregados.

A narrativa da migrante caminha nas temporalidades da memória, primeiro narra os primeiros momentos no novo espaço, depois compara estas vivências com a roça, onde não faltava alimentação, “era tudo mais fácil”. E depois retorna ao presente, fazendo questão de falar sobre o seu quintal, onde ela cria galinhas, tem uma cisterna, que certamente é útil quando falta água em Itabuna. Lembra também que já teve uma horta neste espaço, mas como ela cria muita galinha, estas comiam a horta.

Estas lembranças são carregadas de alegria, satisfação em ter este “pequeno pedaço rural na cidade” (SANTANA, 2009: 65), bem em seu quintal. E o orgulho ultrapassa a narrativa, pois no fim da entrevista ela nos convidou a visitar o seu quintal,

mostrando com orgulho as suas galinhas, e os muitos pés de frutas, de onde retira parte da sua alimentação. Além das frutas servirem de matéria-prima para os “jujus”, que ela vende à vizinhança, contribuindo também para a sua renda. Fosse no passado na roça, ou na cidade, e no presente dona Marinalva, através dos seus conhecimentos rurais e da sua criatividade, garantiu e ainda proveu a sua sobrevivência.

Entre tantas dificuldades, a memória dos migrantes fez ressurgir, com bastante ênfase, a ausência do abastecimento de água. Em um local carente, das principais necessidades básicas, a escassez da água é uma das principais adversidades relatadas, especialmente, pelas mulheres. Talvez fossem elas que mais sentissem a necessidade da água durante seus afazeres domésticos, para preparar o alimento, lavar a louça e a roupa, entre outras atividades. Ou também estariam as lembranças do cotidiano em casa transbordando em suas memórias. No entanto, elas não enfatizam a falta de energia elétrica, transporte público, esgotamento sanitário, mas lembram com pesar da falta de água.

Dona Caçula, uma moradora mais recente também recorda a falta de água. Ela migrou com apenas seis anos de idade da zona rural de Ubaitaba, uma localidade denominada Aldeia, com a mãe e não se recorda do “tempo da roça”. Foi criada na cidade de Itabuna, no bairro da Conceição, onde ajudava a irmã mais velha a cuidar dos filhos. Depois que cresceu seguiu o caminho da mãe se tornando lavadeira e mais tarde foi trabalhar em casas de família. Ela narra enfaticamente a precariedade da água, uma narrativa longa e riquíssima, inclusive por que expressa sua origem rural. Então vamos ao primeiro trecho da sua entrevista:

Quando eu cheguei tava aquele calor, verãozão. Chegava do trabalho era só arriar a sacola e pegando a lata e descendo aqui. Aí uma vez sabe o que me aconteceu? No sol bem quente de verão mesmo, ali embaixo morava uma senhora. Fui eu e uma vizinha, bati na porta dela e disse: – A senhora me arranja uma lata de água? E ela falou: – Eu tenho mais não dou. Aí me doeu na alma, foi a frase pior da minha vida, saí com aquela dor no coração com aquela vontade de chorar, sem saber onde eu ia pedir água. (OLIVEIRA, 2010).

A entrevista aconteceu na sala de sua casa no Maria Pinheiro, onde ela mora com as filhas, esta casa está situada na rua principal do bairro, hoje é uma das poucas asfaltadas e por onde passa o transporte público municipal. Mais precisamente no topo da ladeira, quando realizei a entrevista era esta época de “verãozão”, pois foi no mês de

janeiro. E quando subi a ladeira para chegar à casa de dona Caçula pude sentir o sol a pino, era umas 2:00h da tarde. Então, quando ela narrou este “verãozão” pude imaginar um pouco, e apenas um pouco, o sofrimento mencionado acima.

Ao final do dia, ela subia a ladeira, cansada do trabalho nas “casas dos outros”, deixava apenas seus pertences pessoais e tornava a descer a ladeira com a lata na mão para procurar água. Certamente quando encontrava, voltava com a lata de água na cabeça para ainda preparar o alimento para os filhos, lavar a louça e algo mais, se a água sobrasse. Talvez o que mais dona Caçula necessitasse naquele “verãozão” era um banho para descansar o corpo de trabalho.

No entanto, naquele dia em especial, ela encontrou alguém que negasse a água tão desejada. Dona Caçula se deparou com o “poder do não”, as relações de solidariedade construídas no “tempo da cidade” e das dificuldades do bairro Maria Pinheiro foram rompidas. Se a senhora tivesse “mentido”, dizendo que não tinha água, talvez não houvesse rompido estas relações. Mas, pelo contrário, ela fez questão de afirmar primeiramente que tinha água, para depois negá-la, quando recusou em ajudar dona Caçula e sua vizinha.

Quando dona Caçula afirmou que “doeu na alma” aquele não, e que ela saiu da casa da senhora com “uma vontade de chorar”, naquele instante de transmissão da memória através da oralidade, seus olhos encheram de água⁶. Ela reviveu aquele momento novamente, e sentiu vontade de chorar, talvez porque anos atrás não teve a oportunidade de expressar os seus sentimentos em relação ao “não”.

Também porque logo em seguida a mesma senhora que negou a água necessitou da ajuda de dona Caçula, como a mesma conta abaixo:

Aí eu sair e ela me gritou: – Vem cá! Oh, minha galinha tava sã e agora ficou batendo e gritando. A senhora sabe fazer remédio? Eu não sabia fazer, mas lembrei que minha mãe criava galinha e uma vez vi minha mãe batendo na galinha. Aí eu entrei de bom coração, peguei a galinha dei um banho e bati três vezes, mas não foi que a galinha melhorou, saiu meia tonta andando. Aí ela me agradeceu e disse: – Pode pegar água. Se eu fosse uma pessoa ignorante eu dizia que não queria mais. Mas, eu tava precisando, fui e peguei a água (OLIVEIRA, 2010).

⁶ Certeau nos lembra a necessidade de observar a relação entre o corpo e a oralidade. Quando as “nuanças acrescentadas pela entonação e pelos movimentos do rosto” apresentam sinais para interpretar a oralidade. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2009: 337).

A senhora que negou a água, criava galinha em seu quintal e uma delas deu um colapso, então ela rapidamente recorreu à dona Caçula pedindo que a ajudasse. Esta não se baseou no remorso do “não”, decidiu reativar os laços de solidariedade, e utilizando os ensinamentos da mãe “curou” a galinha. Ela mesma, tendo migrado da roça ainda criança, lembrou das reminiscências rurais de sua mãe, que talvez tenha continuado criando suas galinhas na cidade, e assim dona Caçula pode aprender como lidar com a criação destas.

A senhora deve ter ficado envergonhada com a negação da água e na sequência surpreendeu-se com o auxílio de dona Caçula. Pois, no mesmo momento que a galinha parou de gritar e “saiu andando tonta”, a senhora agradeceu e permitiu que ela pegasse sua lata d'água. Dona Caçula poderia recusar, como ela mesma fala, se fosse “ignorante”, mas fez justo o contrário, aceitou a água, pois sabia que precisava e era tempo de “verãozão”. No verão ainda hoje é comum a falta de água na cidade de Itabuna, o rio Almada⁷ seca, a EMASA, empresa municipal responsável pelo abastecimento reduz este, e os bairros populares são os mais atingidos pela escassez.

Dona Caçula sabia que no “verãozão” quando a água não caía todo dia, as pessoas restringiam a “ajuda” a aquelas que não tinham abastecimento de água nem no verão, nem no inverno, como os moradores do Maria Pinheiro. Ela diz que “quem tinha suas águas no verão não queria dar” (OLIVEIRA, 2010), consciente disso, e preferindo também estabelecer laços de vizinhança com a tal senhora, ela não se ateu ao desafeto e pegou a sua água tão desejada.

Dona Caçula recorda ainda de uma caminhada que as mulheres do bairro Maria Pinheiro fizeram até a prefeitura para pedir água ao prefeito Fernando Gomes, “foi de lata, foi de panela, fazendo barulho na prefeitura. Quando chegou lá, tinha quatro segurança e aí agente invadiu assim mesmo, dissemos um bocado de indireta pra Fernando (...)” (OLIVEIRA, 2010). Mas, apesar da insistência destas mulheres, a água não chegou ao bairro durante este governo. A manifestação terminou frustrada, mas dona Caçula narra com orgulho que não ficou de braços cruzados, tinha suas “táticas” para reivindicar a água desejada.

As narrativas do “tempo da cidade” enfatizam a busca por água, mas também por uma moradia nos espaços recém-ocupados. Não bastou apenas o arrendamento,

⁷ Responsável pelo abastecimento de água em Itabuna.

recebimento do terreno, ou compra de um barraco, para os migrantes foi necessário construir cada “pedaço” da sua casa, torná-la segura e confortável para sua família.

Segundo Roberto Da Matta, a “casa” tem uma grande simbologia em nossa sociedade, da palavra origina-se “casamento”, “casadouro”, e “casal”. Ideias entrelaçadas ao significado de “casa”, que de acordo com o autor, ultrapassa o individual e perpassa o coletivo, onde pessoas se relacionam “por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia” (DAMATTA, 1991: 56-60).

O que talvez explique a insistência em algumas narrativas dos migrantes em relatar a construção de suas casas. Em especial são os homens que mais rememoram a conquista da “casa” própria. Talvez porque estiveram envolvidos de “corpo e alma” na construção da moradia, ou sentissem que a função de abrigar a esposa e os filhos era especialmente do pai de família.

Seu Delfino, por muitas vezes, durante sua entrevista, relatou a luta para construir a sua casa no Maria Pinheiro. Quando chegou era apenas um “barraco” no alto de um barranco, então ele teve que aterrar o barranco para poder começar a construir:

Eu morava aqui nun barraco de tábua que vivia escorado pra não cair em riba de mim (...) cavei pra construir minha casa (...) eu tava cavando isso aqui, deu uma chuveirada, era uma camada de barro e outra de cascalho, caiu em riba de mim. Falaram: - Eta o barranco matou o veí. Eu debaixo do barranco, deu trabalho pra sair, mas eu não morri, não, tô aqui! [risadas] (...) Aqui só tenho o serviço de pedreiro pra levantar parede e pilastra, mas o resto foi eu que fiz. Quase morro debaixo da terra. Mas, Deus é justo e eu tô aqui (VIEIRA, 2010).

Considero esta citação um dos trechos mais significativos da luta de seu Delfino para “levantar” sua casa. A narrativa está envolta de orgulho e felicidade pela conquista. Em nenhum momento ele relembra o sofrimento que lhe custou o trabalho para obter esta conquista. Entre risadas ele nos conta como quase morreu quando cavava o barranco para terraplanar o terreno, sem auxílio de nenhuma máquina, apenas dos filhos e alguns vizinhos. Os pedreiros só foram contratados depois para construir as pilastras.

Enquanto cavava, fora surpreendido por uma enxurrada, então o barranco deslizou numa mistura de barro e de cascalho que enterrou seu Delfino. Este lembra que muitos disseram, talvez vizinhos, conhecidos e os poucos transeuntes da rua, que ele havia morrido. A família na certa esperou no mister de desespero e ansiedade encontrar

seu Delfino com vida. E assim se sucedeu, pois como o próprio frisa, “não morri não, tô aqui”.

Para o entrevistado o que prevaleceu foi a justiça divina que o ajudou a sair debaixo da lama e ainda continuar a luta pela casa própria. Seu Delfino acredita que “Deus” viu sua batalha para conquistar o seu sonho e não permitiu que ele morresse antes de concluí-la. E ele conseguiu realizar este projeto, foi nesta casa que pode descansar com sua esposa pelos árduos anos de trabalho. No fim da entrevista ele ressalta: “Quando eu morrer mais a mulher, deixo a casa pros filho, se souberem aproveitar”.

A transmissão da casa para os filhos no futuro perpassa a ideia de após a morte deixar os filhos “garantidos”, se estes conservarem os trabalhos dos pais. Souza expressa a “função social da moradia, como espaço de sobrevivência, de constituição e preservação da família” (SOUZA, 1995: 122), o que se sobressai quando os entrevistados falam da casa e da família, como algo unificado. Apesar de hoje os filhos do casal, de seu Delfino e dona Dora, terem constituído novos núcleos familiares e morarem em suas próprias casas, seu Delfino deixa claro o desejo de sucessão da casa para os filhos.

Ao longo dos anos, os bairros Pedro Jerônimo e Maria Pinheiro foram sendo vistos pela “sociedade” itabunense como localidades “violentas” e “perigosas”, como também outros bairros populares, onde o tráfico de drogas penetrou massivamente. Não me cabe aqui discutir estas representações, quero apenas discutir mais uma dificuldade, entre tantas, enfrentadas pelos moradores destes bairros, o preconceito.

Seu Edinho, migrante de Itapé, no fim da narrativa, traz à tona a falta de respeito da polícia com o moto-táxi, relatando sua experiência atual, pois desempenha esta função na cidade de Itabuna. Já foi trabalhador rural quando morou em Itapé, também participou da construção da BR 101, antes de se estabelecer em Itabuna, exerceu a função de marceneiro, e se aposentou como pescador, perpassando assim por diversas ocupações. No trecho abaixo ele fala do preconceito que sofre enquanto morador do Maria Pinheiro:

Chegando lá embaixo e falar que mora no Maria Pinheiro, já era, não arruma trabalho. Uma vez mesmo eu fui na Insinuante comprar uma televisão e perguntaram:– Você mora onde? Eu respondi: - No Maria Pinheiro. Aí fizeram: – Hum, hum, hum! Eu perguntei: - E você mora

onde? Porque aqui em Itabuna se você não quiser morar perto de ladrão e maconheiro não vai morar em Itabuna. E eu falo com orgulho que moro aqui, eu criei meus filho aqui, não tem inimigo aqui e aqui que eu quero viver, tranquilo (SANTOS, 2010).

Seu Edinho inicia sua narrativa fazendo uma diferenciação entre “lá embaixo” e o espaço do bairro Maria Pinheiro, que ele não fala, mas fica implícito, como sendo “lá em cima”. Inscrevendo assim uma “demarcação espacial” (DAMATTA, 1991: 36) entre o centro e a periferia que neste caso se configura entre o “baixo”, o centro, e o “alto”, a periferia. Sendo o bairro Maria Pinheiro um dos pontos mais altos da cidade de Itabuna. Então, quando um morador do “alto” chega no centro da cidade de Itabuna não pode falar onde reside, pois fica mais difícil para conseguir um “trabalho”. Supostamente os contratadores acreditam que a maioria, ou “todos”, originários destes bairros, seriam como diz seu Edinho, “ladrão e maconheiro”.

Ele segue a sua narrativa rememorando um incidente onde ele “sentiu na pele” o preconceito. Como hoje ele está aposentado e faz um “bico” como moto-táxi, não necessita procurar trabalho “lá embaixo”. Mas, transita pela cidade como qualquer “cidadão” itabunense. E foi exercendo o seu lado consumidor que seu Edinho experimentou o preconceito, quando foi comprar uma televisão na loja Insinuante de eletrodomésticos situada “lá embaixo”, e o questionaram sobre sua residência. Não teve dúvidas, e respondeu imediatamente que morava no bairro Maria Pinheiro.

Talvez um dos funcionários que o atendia, fazia seu cadastro na loja, ou queria saber para onde enviaria a televisão, fez uma expressão de negação repetida por seu Edinho. “Hum, hum, hum”, foi feito pelo entrevistado através da oralidade e dos gestos, ele entoava e ao mesmo tempo balançava a cabeça no sentido de negação.

O funcionário assim demonstrava a sua desaprovação em relação ao espaço em que seu Edinho habitava. Se seu Edinho foi vítima do preconceito da “sociedade itabunense” enquanto consumidor em uma loja, onde teria que ser bem atendido, para comprar o produto procurado, na lógica do consumo, imagine se ele estivesse enquanto desempregado buscando um trabalho no “centro”.

Seu Edinho no ato da negação do funcionário não se sentiu intimidado, no mesmo instante revidou com uma pergunta para o funcionário, buscando conhecer onde residiria tal pessoa. Porque se o Maria Pinheiro era motivo de desgosto, moraria um simples funcionário que recebe um salário mínimo, mais comissão, em um local de

luxo, ou em um bairro próximo do “centro” da cidade. Mas, a pergunta de seu Edinho era uma retórica, não necessitava de resposta, foi apenas uma provocação, pois ele afirmou que quem desejasse morar distante de “ladrão e maconheiro”, procurasse outra cidade, que não Itabuna.

Dessa forma, seu Edinho confirma haver “ladrão e maconheiro” no bairro Maria Pinheiro, mas em qual local não haveria? Mostrando sua consciência do contexto atual das poucas oportunidades para os jovens “pobres”, que se tornam iscas fáceis para o consumo e para o tráfico de drogas. E quando este “mal” já penetrou até mesmo muitas áreas rurais, e principalmente, as casas daqueles mais abastados com tantas oportunidades de educação privada, lazer, alimentação de qualidade e emprego, o que se pode pensar?

Seu Edinho continua demonstrando sua indignação diante da desaprovação do funcionário em relação ao espaço que constituiu grande parte de suas vivências. Então ele expressa o orgulho de morar no Maria Pinheiro, onde conquistou o sonho da casa própria, encontrou segurança e tranquilidade para criar seus filhos, estabeleceu laços de vizinhança, e quer concluir sua vida e o “tempo da cidade”.

As distintas trajetórias dos migrantes se encontraram na formação dos bairros populares, Pedro Jerônimo e Maria Pinheiro. Os migrantes participaram ativamente da formação destes bairros “inventando seu cotidiano” (CERTEAU, 2009: 159) e tornando estes espaços em “lugares praticados”. As fazendas “renovadas” se tornaram “lugares de trânsito”(CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2009: 194), entre o passado rural e a vida urbana que tenta prevalecer no presente.

As percepções da chegada, as dificuldades de alimentação, falta de água e a construção das casas foram reminiscências inscritas nas memórias e expostas na oralidade, nos gestos e expressões destes trabalhadores, que escolheram Itabuna como destino. As mulheres, muitas vezes responsáveis pelos afazeres domésticos, narraram com mais ênfase a falta de alimentação e água. Enquanto os homens, dedicados à segurança da família, relataram por vezes as construções de cada pedaço da “casa” própria.

Em meio às lembranças das dificuldades, surgem ressentimentos com este passado recente. Para alguns, estes foram gerados pela ausência da “fartura” e dos laços de solidariedade do “tempo da roça”, outros emitem a falta de assistência do poder

público como principal fator para tantas adversidades no “tempo da cidade”. No entanto, para muitos migrantes as lembranças de sofrimento foram substituídas pelo sentimento de orgulho em ter conquistado a sobrevivência em Itabuna, diretamente relacionada à alimentação, a água e a “casa” própria, nas suas narrativas.

Referências

- BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- _____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1991, p. 59-60.
- FILHO, Maia. Taboa vira fonte de renda para artesãos de Maracangalha. In: **Revista Global Tourism**. Ed. Projetos de Turismo, Cultura ou Artesanato apoiados pelo SEBRAE. V. 5, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/revista/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2011.
- LIMA, Rita de Cássia Carvalho. **Rompendo Barreiras: trajetória de uma mulher (Itabuna anos cinqüenta)**. Monografia (Graduação em História) Ilhéus: UESC, 2002.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. Conveniências, vantagens e interesses: conflitos na gênese das invasões de terrenos periféricos em Salvador. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; CASTELLUCCI, Wellington Junior. **Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens**. São Paulo: Annablume, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- SANTANA, Charles D'Almeida. **Fartura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e migrações Bahia: 1950-1980**. São Paulo: Anablume, 1998.
- SANTOS, Eduardo Antônio Estevam. São Pedro: aforamento, mecanismos de apropriação e experiências de moradia (1965-1995). In: **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder Violência e Exclusão**. São Paulo: ANPHU, USP, 2008.
- SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação: a construção de novos valores**. São Paulo: Educ, 1995.
- STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Depoimentos

OLIVEIRA, Enelis Batista de. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascida em 1947 em Ubaitaba. Entrevista em 07 de janeiro de 2010.

SANTOS, Edivaldo Domingo dos. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascido em 1946 em Itapé. Entrevista em 06 de janeiro de 2010.

SANTOS, José Raimundo de Jesus. Residente no bairro Pedro Jerônimo, Itabuna, nascido em 1949 em Ilhéus. Entrevista em 28 de agosto de 2009.

SANTOS, Marinalva Fernandes. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascida em 1968 em Itabuna. Entrevista em 13 de janeiro de 2010.

VIEIRA, Adelfino Martins. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascido em 1924 em Iguai. Entrevista em 28 de janeiro de 2010.

VIEIRA, José Pinto. Residente no bairro Maria Pinheiro, Itabuna, nascido em 1954 em Iguai. Entrevista em 25 de janeiro de 2010.